

Conselho Científico da Faculdade de Ciências e Tecnologia

Acta da Reunião nº 05/2009

Aos onze dias do mês de Novembro do ano dois mil e nove, pelas catorze horas e trinta minutos, na sala 3.18 do edifício 2 da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), deu-se início à reunião nº 05/2009 do Conselho Científico da Faculdade de Ciências e Tecnologia (CC).

Presidiu o Prof. Pedro Guerreiro e estiveram presentes os seguintes membros:

Amílcar Manuel Marreiros Duarte
António Eduardo de Barros Ruano
Deborah Mary Power
Fernanda Marília Daniel Pires
Helena Maria Leitão Demigné Galvão
Henrique Leonel Gomes
João Paulo Gil Lourenço
José António Carreira Saraiva Monteiro
José António Sousa Moreira (a partir das 16h45)
Maria da Graça Nunes da Silva Rendeiro Marques
Maria de Lurdes dos Santos Cristiano
Maria do Carmo Raposo de Medeiros
Maria Jacinta Silva Fernandes
Maria João Anunciação Franco Bebianno
Maria Leonor Quintais Cancela da Fonseca
Paulo José Garcia de Lemos Trigueiros de Martel
Paulo Miguel de Barros Pacheco Seara de Sá
Rafael Brigham Neves Ferreira Santos
Vera Linda Ribeiro Marques

Justificaram a ausência os professores Adelino Vicente Mendonça Canário, Alfredo Jaime Morais Cravador, Maria Emília Lima Costa, Robertus Hendrikus Potting e Tomasz Boski

Participou na reunião o director da FCT, Prof. Rui Cabral e Silva.

Para esta reunião estava prevista a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da acta da reunião anterior.
2. Informações.
3. Contratação de dois professores auxiliares a 100% (com exclusividade) para o DCTMA, um na área de Gestão Ambiental e outro na área de Tratamento de Águas e Águas Residuais, para leccionarem no mestrado integrado em Engenharia do Ambiente.
4. Aprovação da contratação da Arquitecta Paisagista Sónia Azambuja para leccionar duas cadeiras da licenciatura em Arquitectura Paisagista, em regime de prestação de serviços.
5. Renovação dos contratos de professor auxiliar convidado a título gracioso do Doutor António Sykes e do Doutor Jorge Palma, bolseiros do CCMAR, para leccionar em mestrados do DCBB.
6. Nomeação do director do programa de doutoramento em Ciências do Mar, da Terra e do Ambiente.

7. Nomeação de uma comissão para estudar a reestruturação conjunta do mestrado em Didáctica e Inovação do Ensino das Ciências (FCT) e do mestrado em Dinamização das Ciências em Contexto Escolar (ESEC).
8. Rectificação da tabela de equivalências e plano de transição referente ao curso de Arquitectura Paisagista.
9. Criação de uma disciplina opcional "Introdução ao Ordenamento do Território 2" para o mestrado em Arquitectura Paisagista.
10. Recomendação sobre o regime de escolaridade para o ano lectivo 2010/2011.
11. Definição dos procedimentos relativos à definição das disciplinas de opção para os cursos de primeiro ciclo.
12. Discussão da proposta do Senhor Director sobre a criação do mestrado em Ensino de Informática.
13. Admissão a programa de doutoramento
14. Apresentação de relatórios sobre a evolução dos seus trabalhos de doutoramento.
15. Aprovação da proposta de abertura de dois concursos para professor associado do DEEI.

Antes de se iniciar a ordem de trabalhos o presidente do CC informou que o director de curso de Arquitectura Paisagista tinha pedido para retirara o ponto 9 da ordem de trabalhos por o assunto já estar resolvido. Informou ainda que o ponto 15 iria ser tratado antes do ponto 3, pois só tinha sido colocado em último lugar por ter chegado apenas quando a numeração dos pontos e de toda a documentação anexa estava já pronta.

Ponto 1 – Aprovação da acta da reunião anterior.

Depois de introduzidas algumas alterações, foi aprovado, por unanimidade, o projecto de acta da reunião 04/2009 de 14/10/2009.

Ponto 2 – Informações

O presidente do CC informou sobre as datas das reuniões do CC em 2010 até ao Verão: 13 de Janeiro, 10 de Fevereiro, 10 de Março, 14 de Abril, 12 de Maio, 9 de Junho e 14 de Julho (segunda quarta-feira de cada mês).

O director da FCT informou que na semana seguinte se iria realizar uma reunião dos directores de curso para elegerem os representantes dos professores no conselho pedagógico (CP) e que tinha dado aos alunos o prazo de até ao final da semana indicarem o calendário para a eleição dos seus representantes no CP, findo o qual a direcção da FCT se encarregaria de organizar as eleições.

Questionado sobre os procedimentos para marcação de exames, o director esclareceu que não é o director que marca os exames de 1ª época, que cada professor marca o exame da sua disciplina no primeiro dia de aulas. Vários membros do CC pronunciaram-se desfavoravelmente a este procedimento, realçando os problemas que se colocam na marcação de exames de disciplinas que funcionem em simultâneo para muitos alunos e vários cursos. O Prof. Rafael Santos disse ser estranho e incompreensível que se esteja a perder algo que estava bem organizado na antiga FCT, na qual o mapa de exames era feito pelo CP, e que estando os três antigos conselhos pedagógicos ainda em funções se poderiam responsabilizar por isso. O Prof. Paulo Sá esclareceu que nos actuais estatutos da FCT está omissa quem faz os mapas de exames e descreveu o procedimento feito pelo CP da antiga FCT para evitar que qualquer aluno tivesse exames sobrepostos.

A pedido do presidente do CC, o presidente do DEEI, Prof. Henrique Gomes, informou que o candidato seleccionado no concurso, cuja proposta de contratação

tinha sido aprovada na reunião anterior, tinha recusado o lugar e que se estava procurar uma solução a curto prazo para assegurar as aulas.

O presidente do DM, Prof. Rafael Santos, informou que, a pedido da Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular estava decorrer na FCT uma acção de formação para professores coordenadores do novo programa de matemática do Ensino Básico, organizada no DM pela Prof.^a Marília Pires e que tinha como formadores a Prof.^a Susana Carreira e a Prof.^a Nélia Amado. Fez ainda um pedido de informações sobre vários pontos do mestrado em Ensino: se a comissão coordenadora era uma verdadeira comissão ou uma comissão ad-hoc, dado que competia ao CC nomear a comissão coordenadora, se a abertura do 2º ano do mestrado tinha sido aprovada na antiga FCMA e se o Sr. Reitor tinha autorizado a abertura do 2º ano, dado a pós-graduação nesse mesmo dia o ter informado que não era possível abrir um mestrado apenas no 2º ano. O director da FCT disse que havia um problema específico de três alunos, que o CC da FCMA tinha deliberado a abertura do 2º ano do mestrado e que a comissão era uma comissão ad-hoc, não era comissão coordenadora de mestrado. O Prof. Rafael Santos perguntou qual a razão da mudança de endereço electrónico dos departamentos, tendo o director esclarecido que tinha sido imposição dos Serviços Informáticos para normalizar os endereços. Perguntou também quando haveria regulamento do CC, ao que o presidente do CC respondeu que provavelmente na próxima reunião do CC já haveria uma proposta. O Prof. Rafael Santos lembrou que na antiga FCT as actas do CC estavam disponíveis na intranet e perguntou se essa prática se manteria, ao que o presidente do CC respondeu afirmativamente, dizendo que haveria uma página dedicada ao CC com essas e outras informações e também espaço para sugestões e debate.

A Prof.^a Marília Pires disse que na informação sobre os documentos despachados pelo presidente do CC por delegação de competências faltava a composição dos júris. Afirmou ainda, a propósito do mestrado em Ensino, que uma comissão ad-hoc não tem as competências de uma comissão coordenadora, pelo que a lista dos candidatos ao 2º ano deste mestrado deveria ser aprovada pelo CC.

O director da FCT disse que não havia candidatos ao mestrado, que se estava a complicar, que era apenas uma forma de resolver um problema. A Prof.^a Maria da Graça Marques disse que já na reunião anterior o assunto tinha sido tratado e que sempre se tentava desvalorizar algo que era um claro desrespeito das competências do CC, sem que fosse apresentada qualquer argumentação, nem exibido qualquer documento que justificasse esse procedimento. Reiterou o pedido de que a situação seja clarificada e o CC seja devidamente informado sobre todo o processo que levou à abertura do 2º ano do mestrado, nomeadamente o documento reitoral que alegadamente a autorizou.

O Prof. António Ruano informou que havia propostas de doutoramentos Honoris Causa aprovadas pelo CC da antiga FCT e lembrou que deveriam vir ao CC novas propostas.

A Prof.^a Lurdes Cristiano disse que era um dos membros da já referida comissão ad-hoc do mestrado em Ensino e que até ao momento só tinha trabalhado, de acordo com ordens do Sr. Reitor, que eles se tinham limitado a seguir. A situação era simples: há alunos no 2º ano do mestrado e têm de frequentar uma disciplina chamada Prática Pedagógica.

A Presidente do DCBB, Prof.^a Deborah Power, perguntou quem era o director de curso do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas (MICF) e como eram distribuídas unidades curriculares de um curso que não estava em qualquer departamento, tendo esclarecido que era um CET e não um curso de licenciatura ou mestrado. A Prof.^a Vera Marques informou que um dos membros nomeados para a comissão de curso de MICF se tinha indisponibilizado para o cargo, pelo que ainda não havia um novo director de curso e que ela estava a assegurar as funções. A

Prof.^a Deborah Power disse necessitar informação sobre o número de turmas necessárias. Pediu ainda informação sobre os registos dos programas de doutoramento em Biotecnologia e Biologia, tendo o presidente do CC informado que tinham sido publicados em Junho.

Ainda sobre o mestrado em Ensino, a Prof.^a Maria João Bebianno informou que havia três alunos de Biologia e Geologia que não tinham terminado o curso e que este não tinha sido adequado a Bolonha, pelo que tinha havido um despacho reitoral para resolver o problema.

Ponto 15 - Aprovação da proposta de abertura de dois concursos para professor associado do DEEI.

A Prof.^a Maria João Bebianno lembrou que este ponto teria de ser tratado em reunião do CC restrita a professores associados e catedráticos, convocada expressamente para o efeito. O presidente do CC concordou e retirou este ponto da ordem de trabalhos.

Ponto 3 – Contratação de dois professores auxiliares a 100% (com exclusividade) para o DCTMA, um na área de Gestão Ambiental e outro na área de Tratamento de Águas e Águas Residuais, para leccionarem no mestrado integrado em Engenharia do Ambiente.

A presidente do DCTMA, Prof.^a Helena Galvão, apresentou uma proposta para virem a ser contratados dois professores auxiliares para o departamento, para leccionação no Mestrado Integrado em Engenharia do Ambiente, tendo justificado a necessidade desta contratação com a saída de vários docentes desta área, a reabertura do curso no corrente ano lectivo e a necessidade de manter a acreditação pela Ordem dos Engenheiros.

Gerou-se um amplo debate sobre a definição de políticas de contratação para a FCT, tendo a Prof.^a Lurdes Cristiano questionado qual a estratégia da Direcção da FCT e quais as disposições da Reitoria relativamente a contratações. O director sugeriu que houvesse uma reunião promovida pelo CC para que a FCT, como um todo, decidisse as políticas de contratação, porque embora a Faculdade não tenha poder decisivo no que respeita ao cabimento económico das contratações, pode pressionar a Reitoria. O Prof. António Ruano disse que era necessário saber os números de alunos, docentes, etc., e que sem números concretos era difícil tomar decisões, pelo que se absteria na votação da proposta em discussão.

Embora tenha sido salientado que outras áreas da FCT também tinham necessidade de contratações, foi realçada a urgência da proposta em discussão pelo que se passou à votação.

O presidente indicou que a votação decorreria em duas fases. Em primeiro lugar votava-se se a proposta era aceite pelo CC. Em caso positivo, votar-se-ia se seguiria de imediato para a Reitoria ou se voltaria ao departamento para ser mais fundamentada.

Foi aprovado, com 14 votos a favor e cinco abstenções (António Ruano, Deborah Power, Marília Pires, Carmo Medeiros e Maria da Graça Marques), propor à reitoria a abertura de concurso para dois docentes como professores auxiliares a 100% (com exclusividade), um na área científica de Gestão Ambiental e outro na área científica de Tratamento de Águas e Águas Residuais.

Passou-se então a votar se a proposta poderia seguir tal como estava para a Reitoria. Numa primeira votação a proposta teve nove votos a favor, quatro contra (João Lourenço, Jacinta Fernandes, Pedro Guerreiro e Vera Marques) e seis abstenções (António Ruano, Deborah Power, Marília Pires, Carmo Medeiros, Lurdes Cristiano e Paulo Martel), não tendo obtido maioria absoluta favorável dos membros presentes. Repetindo-se a votação, esta obteve dez votos a favor, três contra (João Lourenço, Jacinta Fernandes e Vera Marques) e seis abstenções (António Ruano,

Deborah Power, Marília Pires, Carmo Medeiros, Lurdes Cristiano e Paulo Martel), pelo que reuniu maioria absoluta favorável dos membros presentes e foi aprovada.

Ponto 4 – Aprovação da contratação da Arquitecta Paisagista Sónia Azambuja para leccionar duas cadeiras da licenciatura em Arquitectura Paisagista, em regime de prestação de serviços.

Foi aprovada, por unanimidade, a proposta do DCTMA de contratação, em regime de prestação de serviços, da Dra. Sónia Maria Loução Martins Talhe Azambuja para leccionar as disciplinas de “História da Arte dos Jardins I” e “História da Arte dos Jardins II” da licenciatura em Arquitectura Paisagista, num total de 72h no ano lectivo 2009/10.

Ponto 5 – Renovação dos contratos de professor auxiliar convidado a título gracioso do Doutor António Sykes e do Doutor Jorge Palma, bolseiros do CCMAR, para leccionar em mestrados do DCBB.

Foi aprovada, com uma abstenção (José Moreira), a proposta do DCTMA de renovação dos contratos de professor auxiliar convidado a título gracioso do Doutor António Sykes e do Doutor Jorge Palma, bolseiros do CCMAR, para leccionar 10h na unidade curricular de “Biologia Pesqueira” do 2º ciclo de Biologia Marinha e do mestrado em Aquacultura e Pescas.

Ponto 6 – Nomeação do director do programa de doutoramento em Ciências do Mar, da Terra e do Ambiente.

Foi aprovada, por unanimidade, a proposta do DCTMA de que seja nomeado director do programa de doutoramento em Ciências da Terra, do Mar e do Ambiente a Prof.^a Doutora Helena Galvão.

Ponto 7 – Nomeação de uma comissão para estudar a reestruturação conjunta do mestrado em Didáctica e Inovação do Ensino das Ciências (FCT) e do mestrado em Dinamização das Ciências em Contexto Escolar (ESEC).

Seguindo uma sugestão do Prof. José Manuel do Carmo, da ESEC, o director da FCT apresentou uma proposta de comissão para estudar a reestruturação conjunta do mestrado em Didáctica e Inovação do Ensino das Ciências (FCT) e do mestrado em Dinamização das Ciências em Contexto Escolar (ESEC). Explicou que o MDIEC funcionava para FCT e FCMA em conjunto e que no 1º ano funcionou só como pós-graduação para a especialização de Matemática, no 2º ano abriu também a especialização em Biologia e Geologia e que no terceiro ano não abriu por não ter havido candidatos e que o mestrado da ESEC também tinha problemas com o número de candidatos, o que justificava a sugestão de parceria apresentada

O Prof. Rafael Santos esclareceu que o DM não tinha querido abrir o MDIEC no corrente ano por este apresentar problemas de funcionamento e de definição das áreas científicas e que a comissão coordenadora do CC da antiga FCT tinha aprovado por unanimidade a sua não abertura, tendo exposto as principais razões concretas que levaram a essa decisão: Factos consumados sobre o mestrado sem serem aprovados em CC, professores convidados a dar aulas no mestrado sem aprovação do CC e a área científica dos seminários e dissertações (só Educação) impedir a colaboração dos matemáticos. Lembrou que a questão de fundo era saber se a FCT queria um mestrado em ciências da educação ou verdadeiramente em inovação no ensino das ciências.

A Prof.^a Marília Pires disse que em conjunto com a Prof.^a Ana Conceição, do DM, tem andado a elaborar uma proposta de reestruturação do MDIEC, para o que têm estudado os vários mestrados no país nesta área. Sendo o mestrado da ESEC em Educação, não tem espaço para disciplinas da área científica de matemática. Lembrou que a ESEC forma professores de 1º e 2º ciclo, enquanto a FCT sempre

formou professores do 3ºciclo e do Ensino Secundário, sendo realidades formativas diferentes.

A Prof.ª Lurdes Cristiano, membro da comissão coordenadora do MDIEC, disse que a FCT deve fazer um investimento na formação de professores e que deve ter uma estratégia, pois tem a responsabilidade de formar bons professores e ninguém ensina aquilo que não sabe, devendo a formação ser em ensino das ciências e não em ciências da educação, sob o risco de formar diplomados ignorantes. Reconheceu ter havido problemas com a matemática, embora a comissão coordenadora reunisse por vezes, e afirmou que era necessário começar de novo.

O director da FCT que concordava com a Prof.ª Lurdes Cristiano e que era necessário a actualização e a formação de professores. A questão é saber se a FCT está ou não interessada num mestrado conjunto com a ESEC.

O Prof. José Moreira sugeriu que se votasse não porque a FCT não tinha qualquer interesse em ter mestrados em ciências da educação.

A Prof.ª Maria João Bebianno disse que era estratégico estabelecer colaborações com a ESEC e o Prof. Paulo Sá reforçou essa ideia, mas que o mestrado não poderia excluir a possibilidade de orientação de dissertações por docentes da FCT.

O Prof. Rafael Santos afirmou que não se deve dar mandato a uma comissão só para estudar a fusão dos dois mestrados, mas para estudar outras opções de reestruturação. Sugeriu que o nome da Prof.ª Ana Conceição fosse acrescentado à proposta de comissão, tendo em conta o trabalho por ela já desenvolvido para a reestruturação do MDIEC.

Foi sugerida a inclusão na proposta de uma pessoa da área de Biologia, tendo sido sugerido a Prof.ª Margarida Cristo.

Foi então aprovada, com dois votos contra (João Lourenço e José Moreira) e três abstenções (Marília Pires, Henrique Gomes e Maria da Graça Marques), a nomeação da seguinte comissão que terá como objectivo a reestruturação dos dois mestrados:

Prof. José do Carmo – ESEC
Prof.ª Ana Cristina Coelho – ESEC
Prof. Rute Monteiro, ESEC
Prof.ª Lurdes Cristiano – FCT, DQF
Prof.ª Marília Pires – FCT, DM
Prof.ª Susana Carreira – FCT, DM
Prof.ª Ana Conceição – FCT, DM
Prof. José Figueiredo – FCT, DF
Prof. Paulo Fernandes – FCT, DCTMA
Prof.ª Margarida Cristo – FCT, DCBB

Ponto 8 – Rectificação da tabela de equivalências e plano de transição referente ao curso de Arquitectura Paisagista.

Foi aprovada, por unanimidade, a proposta da comissão de curso de Arquitectura Paisagista de tabela de equivalências e plano de transição para esse curso, elaborada de acordo com o despacho reitoral 68/09.

Ponto 9 – Criação de uma disciplina opcional “Introdução ao Ordenamento do Território 2” para o mestrado em Arquitectura Paisagista.

Ponto retirado a pedido do Director de curso de Arquitectura Paisagista.

Ponto 10 – Recomendação sobre o regime de escolaridade para o ano lectivo 2010/2011.

Foi amplamente debatida uma proposta do presidente do CC de recomendar ao Sr. Reitor que determine, desde já e apesar do disposto no despacho reitoral 40/09,

que no ano lectivo 2010/1011 a FCT funcionará ainda no regime de 4 blocos, dada a dificuldade de readaptar os cursos ao regime semestral e a necessidade de programar atempadamente as actividades lectivas.

Vários docentes manifestaram clara discordância e disseram não compreender a dificuldade de voltar ao regime semestral, tendo sido explicado por alguns dos membros presentes, que já se debruçaram sobre o assunto, a natureza das dificuldades dado o regresso ao regime semestral exigir a completa reestruturação de alguns cursos. O Prof. Rafael Santos perguntou se a ideia era revogar a decisão da Reitoria. O presidente do CC explicou que a proposta não é para revogar o despacho, é apenas recomendar que o regime de quatro blocos se mantenha mais um ano. O Prof. Paulo Sá disse que a indefinição não era nada boa para a imagem da universidade e que era necessário ter uma visão a longo prazo. Explicou que na reunião na Reitoria que tinha conduzido ao despacho reitoral tinham sido levantados os mesmos problemas sobre a impossibilidade de mudar para o regime num espaço de tempo curto, mas que essa impossibilidade era relativa.

Tendo-se passado à votação da proposta, esta obteve 8 votos favoráveis, cinco votos contra (José Monteiro, Henrique Gomes, Jacinta Fernandes, Paulo Martel e Paulo Sá) e quatro abstenções (Amílcar Duarte, João Lourenço, José Moreira e Helena Galvão). Não se tendo formado maioria favorável a votação foi repetida, mantendo-se os mesmos resultados, pelo que a decisão foi adiada para a próxima reunião.

Ponto 11 – Definição dos procedimentos relativos à definição das disciplinas de opção para os cursos de primeiro ciclo.

Este ponto não foi tratado por ter sido retirado pela sua proponente, Prof.^a Deborah Power.

Ponto 12 – Discussão da proposta do Senhor Director sobre a criação do mestrado em Ensino de Informática.

O presidente do CC disse que este ponto estava na ordem de trabalhos só para conhecimento, porque tinha de ser previamente enviado ao DEEI.

Ponto 13 – Admissão a programa de doutoramento.

Depois de debatido e de terem sido levantadas algumas dúvidas sobre a necessidade de existirem dois orientadores, foi aprovado, com quatro abstenções (Amílcar Duarte, José Monteiro, Jacinta Fernandes e Maria da Graça Marques), o pedido de Ana Isabel de Sousa Horta, de admissão ao programa de doutoramento em Ciências do Mar, da Terra e do Ambiente, ramo de Geociências, especialidade em Paleontologia, com a dissertação intitulada "Holocene environmental changes on the Algarve coast: a diatom-based study" tendo como orientadores propostos o Prof. Doutor Tomasz Boski e a Prof.^a Doutora Delminda Moura.

Ponto 14 – Apresentação de relatórios sobre a evolução dos seus trabalhos de doutoramento.

O presidente do CC disse o regulamento de formação avançada da Ualg (no nº 5 do art.º 47º) prevê que cada doutorando apresente anualmente ao conselho científico um relatório escrito sobre a evolução dos seus trabalhos, acompanhado do parecer do orientador, e que, sendo estes os primeiros relatórios a chegarem, o CC os devia acolher. A Prof.^a Leonor Cancela disse que estes relatórios nunca tinham vindo a CC e que é ao orientador que compete acolher os relatórios, não devendo estes ser divulgados através da internet por poderem conter trabalhos em curso com alguma confidencialidade. O Prof. Rafael Santos sugeriu que talvez não fosse necessário distribuir os relatórios, talvez bastasse dar só a informação sobre os relatórios entregues.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas dezanove horas e quinze minutos, dela se lavrando a presente acta, da qual fazem parte integrante todos os documentos anexos e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário.

O Presidente do Conselho Científico

O Secretário do Conselho Científico

Prof. Doutor Pedro Guerreiro

Prof.^a Doutora Maria da Graça Marques